Caríssima(o) Associada(o),

É com uma combinação de emoções que apresento o livro do Grupo de Trabalho **Direitos Sociais e Políticas Públicas II**, do XXII Congresso Nacional do Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Direito (CONPEDI), realizado na cidade de São Paulo entre os dias 13 a 16 de novembro de 2013. Sinto-me realizado, alegre e com o sentimento de dever cumprido ao constatar a qualidade e quantidade dos trabalhos de cada GT. Por outro lado, a emoção da despedida igualmente se faz presente e, nesse particular, quero desejar muito sucesso à nova diretoria e, em especial, ao nosso novo presidente Professor Raymundo Juliano do Rego Feitosa.

Registramos a nossa particular felicidade ao constatar que, mais uma vez, superamos a marca de artigos submetidos ao nosso evento e a participação de mais de setenta programas de pós-graduação reconhecidos pela CAPES/MEC – o que confirma a expansão e credibilidade de nossa associação. A partir do árduo trabalho dos associados conseguimos colocar o CONPEDI entre os maiores eventos científicos, do Brasil e das Américas, recebendo mais de 2000 artigos científicos, envolvendo mais de 300 avaliadores na organização de 40 grupos de trabalhos, inseridos entre as inúmeras linhas de pesquisa dos nossos mais de 80 programas *stricto sensu* na área do Direito. Ao longo desses últimos 04 (quatro) anos fizemos o Direito ser respeitado e ouvido em todos os órgãos governamentais e não governamentais, além de florescer a pesquisa jurídica como uma importante aliada para a construção de uma sociedade mais democrática, justa e solidária.

O nosso XXII Congresso Nacional foi marcado por um duplo sentimento. Primeiro, o de *desafio* – já que foi sediado por uma Instituição nova no sistema de Pós-Graduação (UNINOVE). Segundo, de gratidão, já que sinaliza o encerramento de minha gestão, ao longo de dois biênios, à frente da Diretoria do CONPEDI.

O Congresso teve como pano de fundo a temática sobre "a sociedade global e seus impactos sobre o estudo e a efetividade do Direito na contemporaneidade". Nada mais atual e relevante. De fato, o limiar do século XX e início do atual, notadamente marcado pelo processo de globalização, impõe uma série de desafios ao Direito. Os diversos processos de integração em curso questionam dogmas e impõem dificuldades às teorias do direito, trazendo obstáculos mais complexos a serem vencidos. Há desafios até mesmo para definirmos períodos, como alguns tentam e enfrentam nos conceitos da pós-modernidade ou modernidade líquida, para ficarmos em alguns dos mais recorrentes.

Desde os seus objetivos e características, o Estado-Nação necessita de um novo olhar com novos mecanismos de efetividade do Direito. Com efeito, se o acesso à justiça foi conquistado por parcela tradicionalmente excluída da cidadania, principalmente pelos novos canais abertos pela Constituição Federal brasileira, que recentemente comemorou bodas de prata, esses e outros brasileiros exigem hoje o ponto final do processo! Para tanto, basta observar as recorrentes emendas e, consequentes, novos parcelamentos de 8, 10 e 15 anos das dívidas dos entes federativos e o julgamento da chamada ADI do "calote dos precatórios", que foi debatida entre nós em um dos painéis do evento. Não há dúvida sobre a necessidade de uma nova Teoria do Estado, que reconheça as importantes contribuições da chamada cidadania regional e universal para que possamos avançar na democracia e nas promessas não cumpridas da modernidade.

Sob essa bandeira, foram debatidos, ao longo dos 04 (quatro) dias de evento, uma cadeia de temas relevantes como (1) a filosofia e processo em tempos de protagonismo judicial, (2) reforma eleitoral e política, (3) desobediência civil, (4) ensino jurídico, (5) justiça de transição, (6) combate à corrupção; (7) direito e desenvolvimento; (8) Neoconstitucionalismo e Estado Plurinacional; (9) Princípios do Direito Comercial; (11) jurimetria; (12) hermenêutica e discricionariedade judicial; (13) Direito do Trabalho na Contemporaneidade; (14) precatórios e direitos fundamentais; (15) Direito Civil na Sociedade Global; (16) ética e empresa; (17) Direitos Econômicos e Globalização; (18) Direito Internacional e globalização; (19) desafios do novo código de processo civil; (20) consumo e sustentabilidade; (21) mestrado profissional; (22) fomento e inovação em pesquisa; (23) efetividade do Direito Ambiental na contemporaneidade e (24) diálogo entre cortes e ordenamentos jurídicos. Isso sem dizer que também tivemos os fóruns dos coordenadores e da Federação de Pós-Graduandos em Direito - FEPODI e, ainda, a exposição de pôsteres pelos pós-graduandos e graduandos em iniciação científica, que entendemos fundamental não apenas para melhor prepararmos os futuros mestrandos, mas também como forma de contribuição e inserção da pós-graduação na graduação do Direito.

Importante destacar e reconhecer neste último triênio, a grande liderança do Prof. Martônio Mont`Alverne Barreto Lima, coordenador da área, que magistralmente soube conduzir o Direito com muito diálogo, presença e competência. Com isso, e aliado ao grande esforço que os programas fizeram nos últimos anos, hoje já podemos comparar nossos números e critérios com os das demais áreas do conhecimento. De fato, conseguimos reunir dados e estudos para podermos com mais consciência questionar os critérios de qualidade e de internacionalização da nossa e das demais áreas.

Outro ponto destacado deste último triênio e que merece ser referido foi o engajamento do CONPEDI e seus associados na luta pela qualidade da educação jurídica na graduação. Foi por isso que nos unimos à ABEDI, OAB/Federal e outras entidades não apenas para organizarmos importantes publicações sobre o ensino e a pesquisa jurídica, mas do mesmo modo eventos de divulgação e críticas aos recentes documentos elaborados pelo MEC. E foi também por isso que tornamos permanente um espaço na programação dos nossos eventos, destinado aos graduandos. Nesse sentido, demos continuidade a nossa política de construção de pontes, mas com independência, em favor de um direito crítico, emancipatório e de qualidade.

Cumpre consignar a grande aproximação que desenvolvemos com o IPEA nos últimos anos, que permitiu a concretização de uma série de projetos como o livro "Direito e desenvolvimento", que foi lançado no Congresso, além de um aumento significativo de investimentos na área jurídica deste reconhecido instituto, que já beneficiou um grande número de pesquisadores, revistas, programas da nossa área e o próprio CONPEDI.

Finalmente, não poderia concluir sem destacar o grande esforço de toda a equipe da UNINOVE – desde os professores, passando pelos discentes de graduação e pós-graduação e colaboradores -, que por mais de um ano planejaram e executaram um grandioso evento. Não foram poucos os desafios enfrentados e vencidos para a realização de um evento que agregou tantas pessoas em um cenário de tão elevado padrão de qualidade e sofisticada logística – e isso tudo sempre com enorme simpatia e procurando avançar ainda mais.

São Paulo, primavera de 2013.

Vladmir Oliveira da Silveira
Presidente do CONPEDI

Apresentação

O XXII Congresso Nacional do CONPEDI – Conselho Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Direito sob o tema "Sociedade global e seus impactos sobre o estudo e a efetividade do Direito na contemporaneidade" realizado em São Paulo, de 13 a 16 de novembro de 2013, manteve a seriedade e qualidade da produtividade característica dos eventos anteriores.

Atualmente, e por iniciativa da atual diretoria do CONPEDI presidida pelo Prof. Dr. Vladmir Oliveira da Silveira, os tradicionais Anais do Evento transformaram-se em livros, atribuindo mais importância aos trabalhos produzidos nos eventos, e honrando os coordenadores de Grupo de Trabalho com a coordenação da obra.

Neste sentido, o Grupo de Trabalho em Direitos Sociais e Políticas Públicas II, realizado na tarde do dia 14 e manhã do dia 15, revelou-se uma rica experiência acadêmica, com debates produtivos e bem sucedidas trocas de conhecimentos, que seguramente colaboraram para aprimorar o debate científico.

Com o objetivo de organizar as apresentações, os 24 artigos foram divididos em eixos temáticos, destacando-se os seguintes assuntos: ações afirmativas, programas fiscais, direito à saúde, direito à moradia, saneamento, direito previdenciário, direito do trabalho e inclusão social.

Os estudos apresentados relatam experiências no contexto brasileiro, focados na concretização de direitos fundamentais sociais, mediante políticas públicas.

Os coordenadores agradecem os autores Adolfo Carlos Rúbio Prosdócimi, Adriana De Fatima, Afonso Soares de Oliveira Sobrinho, Alberto Lucio Barbosa Junior, Antonio Cesar Trindade, Bruna Hundertmarch, Carina da Cunha Alvez, Claudia Maria Martins Barbosa Graça, Cristina Veloso De Castro, Fabiana Junqueira Tamaoki Neves, Gabriela Loyola De Carvalho, José Washington Nascimento de Souza, Kelly Cardoso Mendes De Moraes, Letícia Martins de Oliveira, Lídia Maria Ribas, Lidiane Nascimento Leão, Luciane Maria Trippia, Luis Miguel Barudi De Matos, Luiz Alberto Pereira Ribeiro, Luiz Carlos Diógenes de Oliveira, Marcos Vinicius Affornalli, Marcus Venício Cavassin, Maria De Fatima Ribeiro, Marina Jacob Lopes da Silva, Mateus Eduardo Siqueira Nunes Bertoncini, Miguel Etinger De Araujo Junior, Mirelle Fernandes Soares, Natália Neris da Silva Santos, Natercia Sampaio Siqueira, Pilatti Ferreira Campagnoli, Renata Vieira Meda, Rodrigo Gama Croches,

Rogério Gesta Leal, Ronaldo Zatta, Rosália de Fátima Ferreira Melo, Silvana Souza Netto Mandalozzo, Thiago Carvalho de Melo, Thiago Mesquita Da Costa e Viviane Coêlho de Séllos Knoerr, pelas contribuições.

Registra-se especial agradecimento à Prof.ª Carla Angélica Moreira que, com simpatia e atenção, contribuiu para o bom andamento das atividades, auxiliando os coordenadores.

Por fim, reiteramos o prazer em participar da apresentação desta obra e do CONPEDI, que se constitui atualmente como um importante fórum de discussão de pesquisa em Direito no Brasil.

Coordenadores:

Profª. Drª. Daniela Menengoti Ribeiro

Prof. Dr. Marcelo Benacchio